

PARECER Nº 968/2007 DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/07.

O presente Projeto de Resolução, de autoria do nobre Vereador Gilberto Natalini, cria o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz e Município Saudável, de natureza permanente e consultiva.

A propositura estabelece que competirá ao Conselho a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política parlamentar pela cultura da paz e pela busca de um município saudável, mediante as seguintes ações:

I – formular diretrizes, sugerir a promoção de atividades comunitárias e parlamentares pela paz e por uma melhor qualidade de vida, além de fomentar medidas efetivas na busca desses objetivos nas esferas sócio-econômicas, políticas, ambientais, religiosas e culturais;

II – sugerir e fomentar ações governamentais;

III – assessorar o Poder Legislativo oferecendo pareceres e acompanhamento na elaboração e execução de ações parlamentares em questões relativas às manifestações de comunidades pela Cultura da Paz e Município Saudável;

IV – propor e articular soluções para problemas sociais que gerem a violência urbana. Disseminar experiências de sucesso para contribuir na transformação social do país, incentivar a melhor convivência nos grandes centros urbanos e assim promover a liberdade e o bem estar da população;

V – proceder a estudos, debates e pesquisas que visem alcançar os ideais da paz, um maior comprometimento com questões ambientais e o cumprimento dos tratados internacionais;

VI- elaborar projetos que promovam e estimulem a participação da sociedade em prol dos ideais pelo alcance da paz e da sustentabilidade;

VII – apoiar ações municipais pela paz e pela construção de município saudável, de acordo com conceito definido pela OMS – Organização Mundial de Saúde – iniciada na América Latina e no Brasil a partir da década de 90, sob a direção da OPAS/OMS – Organização Pan-Americana de Saúde;

VIII – fomentar entendimentos e intercâmbio com organizações e movimentos, nacionais e internacionais, visando os mesmos ideais com a participação social e ação intersetorial dos setores envolvidos;

IX – elaborar seu Regimento Interno e submetê-lo à aprovação da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo.

O referido Conselho será composto de 24 (vinte e quatro) membros e igual número de suplentes, escolhidos entre representantes das organizações, movimentos ambientais e sociais comprometidos com a cultura da paz, qualidade de vida e saúde pública que atuem no Município de São Paulo, e do Poder Legislativo, todos designados pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, obedecendo à seguinte proporção e condições:

I – 12 (doze) membros, e igual número de suplentes, indicados pelas organizações e movimentos sociais supracitados, devidamente credenciados junto à Mesa da Câmara Municipal de São Paulo;

II – 12 (doze) membros, e igual número de suplentes, Vereadores indicados pelas Lideranças Partidárias, dentre aqueles que tenham maior afinidade com o tema, assegurada, o quanto possível, a representação proporcional dos Partidos Políticos.

As funções exercidas pelos membros do Conselho serão consideradas serviço público relevante e não serão remuneradas. Os membros do Conselho terão mandato de dois

anos, permitida uma recondução consecutiva, nos termos do Regimento Interno. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão eleitos entre seus membros. Caberá à Mesa da Câmara Municipal de São Paulo fornecer os recursos materiais e humanos e as condições indispensáveis ao funcionamento do Conselho.

De acordo com a justificativa, objetiva-se aproveitar as idéias concretas para propiciar a disseminação das experiências de sucesso que possam ajudar na transformação do País, melhorar a qualidade de vida, diminuir a violência urbana e contribuir para a paz. A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade da iniciativa.

O projeto em análise reveste-se de elevado interesse público, motivo pelo qual esta Comissão posiciona-se favoravelmente a sua aprovação.

Favorável, pelo exposto, o parecer.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 27/06/07.

Abou Anni - Presidente

Ricardo Teixeira - Relator

José Rolim

Marta Costa

Soninha